"PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 706/01.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adriano Diogo, que visa tornar obrigatória o execução de reservatório para as águas coletadas por coberturas e pavimentos nos lotes, edificados ou não, que tenham área impermeabilizada superior a 500 m2.

A Lei Orgânica do Município, no artigo 149, inciso II, estabelece que o Município deve promover "a correta utilização de áreas de risco geológico e hidrológico, e outras definidas em lei, orientando e fiscalizando o seu uso e ocupação, bem como prevendo sistemas adequados de escoamento e infiltração das águas pluviais e de prevenção de erosão do solo."

O projeto em questão insere-se no contexto do mencionado inciso na medida em que obriga a execução de reservatórios para acumulação das águas pluviais, em determinados tipos de lotes para obtenção do Certificado de Conclusão ou Auto de Regularização.

O projeto, portanto, encontra amparo nos artigos 13, inciso I e 149, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Salienta-se a necessidade de realização de duas audiências públicas, por força do artigo 41, inciso VII, uma vez que o projeto trata de matéria relativa ao Código de Obras e Edificações.

Opina-se, portanto,

PELA LEGALIDADE

No mérito, conforme a justificativa apresentada, o projeto merece ser aprovado, uma vez que propõe uma forma de "minimizar os prejuízos causados pelas inundações que tanto comprometem a qualidade de vida" em São Paulo.

Assim, o parecer das comissões de mérito é

FAVORÁVEL.

Sob o aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto apresentado.

Face ao exposto, o parecer é

FAVORÁVEL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO"